

ABOLICIONISTAS, NEGROS E ESCRAVIDÃO

ADRIANA PEREIRA CAMPOS*

1. Introdução

NESTE ESPAÇO, PROCURAREMOS DISCUTIR A VISÃO de um abolicionista capixaba sobre um episódio que marcou a sociedade do século XIX e que, até hoje, suscita muitas controvérsias, devido à fantástica versão que, segundo o autor, se apóia num depoimento de um rebelde que conseguiu escapar da justiça. Trata-se da obra *Insurreição de Queimado: episódio da história da Província do Espírito Santo*, de autoria de Afonso Cláudio, publicada em 1884. A obra aborda uma revolta de escravos ocorrida em 1849 na localidade de Queimados¹, por ocasião da inauguração da igreja da pequena vila, que não durou mais de dois dias e resultou na condenação de cinco escravos à forca e 25 escravos a açoites. Segundo a tradição, os escravos construíram a igreja contando com a promessa do pároco local de dar-lhes, em retribuição, a liberdade.

Neste trabalho, pretendemos colocar em evidência os limites da visão do autor, que contribuíram para a formação de uma imagem do negro como vítima incapaz de se opor ao sistema a que está submetido. A referida obra interessa como memória que se construiu como referência da tradição histórica dos movimentos sociais, particularmente do negro, em nosso Estado. Importa-nos destacar que, não tendo sido um fato isolado ou mesmo raro, a rebelião

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Queimado, hoje, não passa de ruínas encravadas no município da Serra, região da Grande Vitória.

de Queimados ganhou grande notoriedade na sociedade capixaba e algum destaque nacional, sendo inúmeras vezes citada pela imprensa local e pelos políticos ansiosos em impor a ordem e restaurar a paz. Atualmente, o movimento ainda é muito lembrado por aqueles que possuem alguma sensibilidade às causas do povo negro, havendo, inclusive, uma antiga luta de preservação do local do confronto.

A escolha dessa alternativa de abordagem do episódio da luta dos escravos no Espírito Santo deveu-se às condições impostas pela pesquisa que nos propusemos fazer, cujo objetivo era identificar as iniciativas escravas de negociação² no cotidiano do cativo, que resultassem no estabelecimento de uma situação considerada, pelos próprios escravos, como mais justa. A revolta de Queimados nos parecia a negação de nosso objeto, uma vez que o movimento teve um cunho coletivo e apostou no conflito como meio de conquista da liberdade. Durante a execução da pesquisa, permitimo-nos, todavia, ler a mais célebre obra sobre a rebelião de Queimados, após o quê, concluímos pela total pertinência do seu estudo para nosso trabalho. Em vista de tal fato, os acontecimentos de Queimados se apresentaram como excelente oportunidade de confrontarmos a visão implícita naquela obra e as considerações teóricas que desenvolvemos aqui, porque o livro de Afonso Cláudio foi inserido neste estudo como documento, que será analisado não apenas como fruto de escolhas de seu autor, mas como parcialmente determinado por sua época e seu meio e como tentativa de impor uma certa imagem do passado como a “verdadeira”. Pretendemos apurar nessas “memórias” a opinião sobre os negros como seres humanos daqueles que tomavam o combate à escravidão como a causa de sua campanha. Nosso propósito, então, foi levantar que compreensão de luta naquela época permeava a memória transposta para a obra. Esperamos que tal reflexão contribua para lançar alguma luz sobre o debate que anima os críticos de Afonso Cláudio e permita conhecer um pouco mais desse fato histórico tão caro aos capixabas.

2. A negociação não anulava o conflito existente no período, mas constituía uma alternativa de luta dos escravos por situações que considerassem mais justas. Na introdução deste trabalho, fazemos algumas considerações teóricas acerca dessa forma de abordar a escravidão.

2. Sobre o autor e sua obra

INSURREIÇÃO DE QUEIMADO: EPISÓDIO da história da Província do Espírito Santo inaugura o esforço de análise da conhecida revolta e a série de estudos realizada por Afonso Cláudio, ao longo de sua vida. Em 1884, época da publicação da obra, o autor era um jovem de apenas 25 anos, entusiasmado com a campanha abolicionista e patrocinador de saraus para angariar fundos para a nobre causa. Luiz Guilherme Santos Neves, na primorosa apresentação da edição de 1979, p. 15, informa que:

Nascido na fazenda de Mangaraí, na freguesia da Barra do mesmo nome, em Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, a 2 de agosto de 1859, Afonso Cláudio conviveu intimamente com os negros da fazenda de seu pai, José de Freitas Rosa. Deste convívio e de sua posterior formação acadêmica que, com breve passagem pela Faculdade de São Paulo, foi haurida na Faculdade do Recife, onde sofreu forte influência de Tobias Barreto e Sílvio Romero e onde conviveu estreitamente com Clóvis Bevilacqua e Martins Júnior, de quem foi companheiro, iria desenvolver uma atitude humanística em favor dos escravos, tornando-se desde cedo ativo pregador da abolição.

Concluído o bacharelado em Direito, Afonso Cláudio voltou a sua terra e integrou-se ao movimento abolicionista e republicano, que, naqueles anos, ganhava destaque na Capital. De acordo com os estudiosos de sua vida, Cláudio liderava os eventos que reuniam os defensores da abolição, chegando a fundar a Sociedade Abolicionista Domingos Martins. Após a queda da Monarquia, diante da importância adquirida naqueles tempos e devido a sua excelente formação, tornou-se o primeiro presidente do Espírito Santo do período republicano. O nosso autor estava, assim, marcado pelo pensamento abolicionista do período, que era completamente desvinculado da grande massa de negros escravizados neste país e de seus verdadeiros anseios e cujo discurso de combate à escravidão era meramente legalista e teórico. Nacionalmente, os diversos discursos do famoso jurista Perdigão Malheiros no parlamento exemplificam a intenção dos dirigentes da nação de combinar a instituição da propriedade privada, considerada princípio basilar da sociedade, com a concepção de liberdade como direito “natural” do homem, através de uma abolição gradativa que desse oportunidade aos senhores de escravos de acomodar seus interesses sem prejuízo de suas posses.

Partidário dessa concepção, que via a propriedade privada como uma instituição a ser preservada durante o processo de libertação dos escravos, Afonso Cláudio

apoiava decisivamente as sociedades abolicionistas que promoviam a arrecadação de fundos para a compra de cartas de liberdade. Temos notícia também de que ele defendia africanos escravizados após a Lei de 7 de novembro de 1831:

Em fins de 1884, o Dr. Afonso Cláudio requereu à Justiça de Benevente a declaração de liberdade de alguns africanos injustiçados criminosamente, depois da Lei de 7 de novembro de 1831. Honrando o seu cargo o Dr. Mendes Veloso, Juiz da Comarca, reconheceu a causas dos onze infelizes e estendeu [*sic*] a liberdade a treze outros, nas mesmas condições. (Novaes, 1983, p. 132)

Esses fatos sustentam nossa convicção de que Cláudio foi um abolicionista cuja visão sobre o processo de libertação dos escravos era legalista e jusnaturalista³, que encarava a escravidão como um obstáculo à estruturação de uma sociedade mais “moderna” e, portanto, era um mal a ser expurgado, em nome de um novo “status” de desenvolvimento para o Brasil. O cativo era mais uma vergonha do que uma injustiça.

Cláudio era um abolicionista de sua época e, como tal, estava mais preocupado com o “sistema” do que com a gente negra que povoava sua terra. Quando se refere aos protagonistas da revolta de Queimados em sua obra, deixa transparente seu preconceito racial, tão comum em seu tempo: “[...] atenda-se, porém, que são escravos os protagonistas desta narrativa e que só a incultura deles explica satisfatoriamente o avanço e o conseqüente retrocesso da idéias em germe” (1979, p. 41).

As linhas mestras do pensamento abolicionista adotado por Afonso Cláudio ajudam a compreender mais claramente a versão apresentada em sua obra e revelam, por meio da análise de sua concepção de mundo, a sociedade da época e o próprio conflito de Queimados.

3. Explicação e preconceito

ANTES DE APRESENTARMOS A VERSÃO DE AFONSO CLÁUDIO sobre a revolta de Queimados, devemos esclarecer que as informações que constam na sua obra

3. “O jusnaturalismo é uma doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’ (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Esse direito natural tem validade em si, é anterior e superior ao direito positivo e, em caso de conflito, é ele que deve prevalecer” (Bobbio, 1992, p. 655-6).

foram recolhidas de poucas fontes escritas (uma coleção do jornal *Correio da Vitória* e correspondências particulares) e algumas narrações orais, fazendo com que muitas lacunas factuais fossem ocupadas por versões pessoais. O próprio autor admite a incômoda situação:

Em tão difícil posição, tive de recorrer às narrações orais, às reminiscências de alguns que tiveram conhecimento mais ou menos perfeito dos detalhes da peleja; por demasiado esforço consegui obter de um dos chefes do motim a revelação de todo o plano da revolta dos escravos. (Cláudio, 1979, p. 22)

De posse (ou não!)⁴ de tão valioso testemunho, Cláudio inicia sua narrativa organizando sua obra em cinco capítulos, a saber: “Caráter do movimento — Razões de sua origem”; “Preparativos”; “Hostilidades — Rompimento”; “A derrota — Reações”; “O julgamento — A evasão”. Podemos notar que, fazendo justiça à corrente historiográfica da época, foi seguida uma cronologia dos fatos para a organização da explicação do episódio, optando-se por um estilo literário na forma de uma crônica dos acontecimentos, que pretendia registrar todos os momentos da “insurreição”, dentro de um enredo muito bem alinhavado por explicações rigorosas.

Afonso via a revolta de Queimados como um “momento revolucionário” (p. 27) da história da província que não podia sofrer o ofuscamento provocado pelo tempo nos acontecimentos sem registro. Esse desejo está expresso textualmente em sua obra: “Tentei nas páginas que se seguem reviver um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma idéia imperceptível” (p. 21).

Ele considerava como sua tarefa, portanto, “rememorar um dos notáveis sucessos do torrão provincial” (p. 22), cuja singularidade era a participação exclusiva de escravos. Ora, para um ferrenho abolicionista, um fato dessa natureza exemplificava que os negros já não suportavam mais o peso da escravidão, chegando a organizar movimentos revolucionários em prol da sua liberdade.

Recorrendo às teorias sociológicas que ofereciam explicação para a origem dos movimentos revolucionários, Cláudio procurou entender a “razão” que ensejou a revolta dos escravos, tomando como referência os estudiosos Taine, que explicava “o fator sociológico [...] da alimentação para a energia das

4. Não há qualquer documento comprobatório de tal depoimento. Todavia, não vemos sentido em levantar questionamentos sobre o fato no presente estudo.

resoluções” (p. 29), e Buckle, que via as “circunstâncias físicas ou meio cósmico [...] como fator capaz de exercer notável preponderância nos destinos dos povos” (p. 32). Apesar de reconhecer o brilhantismo dessas teorias, o autor concluiu que aqueles modelos de interpretação não se aplicavam ao caso. As razões externas (alimentação abundante e rica e situação geográfica privilegiada) apresentadas por aqueles cientistas são incluídas na obra para valorizar o ineditismo da tese de Cláudio sobre o episódio, pois, em sua opinião, os escravos, assim como o “povo”, eram pessoas fisicamente debilitadas por causa da pobreza de nossas terras, e, portanto, um movimento revolucionário não poderia ser explicado a partir das condições de vida oferecidas pela região: “Se no geral dos habitantes que se pode designar pelo nome de povo, podemos sem violência à crítica salientar traços fisiológicos característicos do atrofiamento, não é muito que entre os escravos estes mesmos caracteres se manifestem” (p. 41).

Descartados os fatores externos, Cláudio, como bom defensor da abolição, busca na manutenção da escravidão a “razão” para o feito dos escravos:

As primeiras guerras que convulsionaram a nação brasileira nos dias que se seguiram à sua constituição definitiva, de norte a sul do Império, [...], tiveram notável influência sobre o fato de que nos ocupamos. Chegavam com certo calor aos ouvidos dos escravos, as façanhas dos vencedores; repercutiam com conveniente intensidade os ecos daqueles feitos d’armas praticados pelos soldados que da província se iam incorporar aos exércitos da nação. Alguns destes votavam, em convivência com os escravos (pois não foi só no Paraguai que em grande parte às classes inferiores coube a defesa da pátria) narravam-lhe de viva voz os pormenores das campanhas. Outros que tinham sido escravos e que marcharam para o combate ou como substituto de algum *senhor moço* que em falta de outro meio recorria ao escravo para isentar-se do serviço militar imposto [...] também voltavam e narravam aos companheiros do infeliz cativo de outrora as peripécias da pugna (p. 35)⁵.

Segundo Cláudio, tal fato toma maiores proporções quando se torna freqüente a obrigação de os escravos servirem ao Exército em lugar de seus senhores, sobretudo, quando surgiu o boato de que a Imperatriz simpatizava

.....

5. Não buscamos confirmar a veracidade e o peso desses fatos para os movimentos liderados por escravos, porque nosso intento é investigar o nexos entre as argumentações oferecidas pelo autor e a problemática que propomos no presente estudo.

com essa solução para acabar com o cativeiro no Brasil, tendo em vista que o negro era “premiado” com a liberdade, ao retornar da guerra. Contra o ânimo dos escravos, continua Afonso sobre as origens do movimento, colocava-se a vontade senhorial, que também se opunha ao pensamento da princesa. Dessa fagulha de esperança criada em contradição com o interesse daqueles que constituíam a classe social mais poderosa do país, pelas instituições imperiais, “nasceu o plano guerreiro que deveria alarmar a província no dia de sua realização” (p. 37).

Ao que tudo indica, o autor notou que os escravos sabiam utilizar com habilidade a oportunidade de alcançar a liberdade através do serviço militar, ainda que o risco dessa atividade incluísse a própria morte: “Conquanto muitos não conhecessem os rigores da instituição pela tirania dos senhores, alguns conheciam-na de sobejo e todos estariam dispostos a deixar de servir ao trabalho do *senhor* em troca de uma outra vida” (p. 36).

Esse registro corrobora a nossa tese de que os escravos sabiam lidar de tal modo com o sistema que, diante de brechas ou lacunas, tratavam imediatamente de agir em favor de melhorar sua condição de cativo. A vontade senhorial não possuía controle absoluto sobre o sistema, o qual, em certas ocasiões, podia se contrapor aos seus interesses. Afonso Cláudio admite, em suas observações sobre o uso do serviço militar feito pelo escravo para alcançar a liberdade, que seus contemporâneos tinham consciência de tal fato e, tão logo podiam, agiam no sentido de impedir situações como a que descreveu.

Dentre as origens da insurreição de Queimado, o autor destaca que os escravos arquitetaram um “plano guerreiro”, quando viram frustrada pelos senhores de escravos a oportunidade de alcançar a liberdade via serviço militar. No entanto, outros fatores, como a condenação da escravidão por missionários mais exaltados, em discursos inflamados, também influenciaram os cativos e serviram para sustentar o movimento. A insistente negativa da sociedade em libertar os escravos acabava provocando essa sorte de eventos, que, segundo o autor, resultava em mais infortúnios para os negros e instabilidade para os cidadãos: “[...] execramos, entretanto, as conseqüências que tais descordamentos produzem” (p. 37). Cláudio não só sabia de antemão que os movimentos de negros, como soluções revolucionárias, somente resultavam em prejuízo, como também considerava inevitável, por culpa do sistema, a eclosão desses confrontos. O nobre causídico da abolição levava em conta, em sua conclusão, não só a pouca força bélica dos cativos, mas também a inferioridade racial que inviabilizava uma visão mais estratégica de combate à escravidão. Tornando os negros como vítimas dos equívocos da sociedade

escravista e achando-os incapazes de lutar contra o julgo que os submetia, o autor propagava a idéia de que somente os homens livres estavam habilitados a dirigir o futuro, fato que revela sua visão romântica e preconceituosa das iniciativas escravas. Mesmo registrando o uso inteligente do serviço militar como forma de subverter o cativeiro, o autor comprometeu suas explicações da revolta de Queimados com o pensamento dominante de sua época, que classificava a gente negra como raça inferior. Apesar da defesa do direito “natural” dos escravos à liberdade, os abolicionistas não conseguiam ver seus “protegidos” como iguais. Desse modo, a versão apresentada por Afonso Cláudio sobre a revolta de Queimados, ainda que tenha o mérito de expor algumas contradições da sociedade daquela época, demonstrando o crescente desgaste da escravidão como instituição, mantém intacto o preconceito que justificava o cativeiro da gente negra, prejudicando, em nossa opinião, sua interpretação dos fatos.

4. A trama central

SEGUNDO A NARRATIVA, OS ESCRAVOS, INCONFORMADOS com a proibição de se alistarem no serviço militar, alimentavam a esperança de obter um outro meio para se livrarem do cativeiro. Com esse objetivo, um grupo de cativos planejou uma alternativa que pudesse contar com o apoio dos missionários e da imperatriz, manifestamente favoráveis à sua libertação, qual seja, aproveitando-se do fato de estarem reunidos para a construção do novo templo de Queimados, elaboraram um plano para o recrutamento de escravos em várias localidades:

As expedições dirigidas para os vários centros de escravos, [sic] deviam recrutar o maior número de prosélitos. Para este fim dois foram os meios que Elisário adotou: um que consistia em intimar os senhores para assinarem um papel em que declaravam livres seus escravos e outro que era fazer crer que a rainha (ou d. Maria Cristina), como quis fazer soldados, agora os havia de libertar por intercessão de frei Gregório. (p. 45).

De acordo com a versão apresentada, a empreitada era de total responsabilidade dos escravos; qualquer outra explicação era fruto de equívocos: “Forçados a uma ilação precipitada, alguns têm pretendido que semelhante recuso fora sugerido por frei Gregório: é isto uma conseqüência necessária da versão que torna o frade causa exclusiva da conjuração”. (p. 47).

Na verdade, a autoria do movimento é incerta até os dias de hoje, não faltando especialistas que apostam no frei como responsável pela rebeldia dos negros, mesmo que não tivesse a intenção de articular uma insurreição. Sem a preocupação de pôr termo a essa discussão, interessa-nos, neste espaço, refletir sobre a opção de Afonso Cláudio por conferir aos escravos a autoria do “plano guerreiro”, porque, diante da ausência de provas, o autor usou de conjecturas que julgou mais verossímeis, legando ao futuro a memória que parecia mais próxima da “verdade” dos fatos, mas que está eivada de conceitos desfavoráveis aos negros.

Desde o início, buscamos evidenciar o preconceito de nosso autor, que pontuou sua narrativa com observações depreciativas sobre a gente negra. Agora, pretendemos avaliar o peso dessa opinião sobre a versão apresentada para o episódio de Queimados. Em nossa opinião, a autoria da rebelião, de acordo com a narrativa, não é mérito para os responsáveis, pois o autor desqualifica as estratégias adotadas e considera que o movimento se construiu a partir de um plano “pueril”, sem qualquer possibilidade de êxito, portanto, e somente poderia ser concebido por alguém que não soubesse distinguir as possibilidades de vitória. O frei, contudo, saberia de sobejo os riscos de um plano tão maltraçado:

Demais, não ignorava o religioso a im procedência do apelo à soberana, feito como indulto de uma conspiração que tinha contra si a severidade das leis e que havia tentado aniquilar o direito heril que as mesmas leis consentiam. [...] [...] deixamos aqui de leve esboçada a inanidade da tradição, cujos testemunhos nos serviram de fonte. (p. 48)

O plano era, então, fruto de mentes menos capacitadas, que não conseguiam vislumbrar os limites da estratégia traçada: “[...] convém entretanto recordar que um movimento organizado por escravos tem em si mesmo o cunho da rudeza” (p. 45). Julgando o plano imprudente e “duvidoso”, Afonso Cláudio, mesmo tendo de contrariar suas fontes precariamente recolhidas,⁶ conclui que, diante dessas qualidades, o confronto só poderia ser obra de escravos.

O “malfadado” plano previa que os grupos se encontrassem em Queimados, somando forças para que o “aliado” frei pudesse persuadir os senhores, em

6. Não há nenhum problema em duvidar das poucas fontes, sobretudo, quando são orais. Ocorre, todavia, que o autor apresenta somente uma suposta lógica, que se assentava sobre uma visão preconceituosa da insurreição como plano de luta e dos próprios negros como raça.

nome da vontade real, a conceder a liberdade, através de carta, aos seus escravos. Para Afonso Cláudio, o próprio Elisiário, líder maior da insurreição, sabia da “falibilidade contida nesta imaginária promessa” (p. 49) e, em vista disso, já arquitetara alternativa mais radical de “obter por coação dos senhores a declaração de liberdade dos escravos de seu domínio” (p. 49). Os líderes da revolta apresentavam essas estratégias aos escravos como sugestões enviadas pelo próprio frei, que, por sua posição social de clérigo, possuía a autoridade para tornar concreto o desejo de liberdade. Cláudio pretendia, com esse argumento, explicar a origem da versão que creditava ao religioso italiano a responsabilidade pelo movimento. Ao mesmo tempo, tanta astúcia em fazer do frei instrumento de agitação contra sua própria vontade é explicada pela genialidade de Elisiário: “O rebelde, que tão notável posição assumiu na conjuração, sabemos por intermédio de informações respeitabilíssimas, tinha compreensão bastante clara e desenvolvida, por haver estado em contato com homens de superior espírito”⁷ (p. 49).

O autor narra que, reconhecendo a autoridade do missionário e ambicionando tê-lo como aliado de suas reivindicações de liberdade, os líderes reuniram os grupos de escravos na cidade e apelaram ao frei que tomasse a direção do movimento, esclarecendo que os escravos ansiavam por receber suas alforrias em troca dos trabalhos prestados na construção da igreja inaugurada naquela data⁸. Diante da recusa de Gregório, os cativos adotaram a segunda alternativa (mais radical) e partiram para as fazendas, com a intenção de coagir alguns senhores a assinar as alforrias. Demonstrando a pouca visão dos negros sobre o alcance das táticas desenvolvidas durante a rebelião, Afonso explica que os escravos ao conseguirem obter, sob ameaça, uma carta de liberdade, comemoram o feito como sendo a primeira vitória da revolta. Entretanto, o reforço militar vindo da capital evidenciou a pouca resistência do movimento num confronto direto com as milícias. Debelada rapidamente, a revolta não ultrapassou o segundo dia de movimentação, desde o momento em que tentara invadir a igreja, buscando o apoio de Gregório. Afonso Cláudio considerou esse desfecho um fracasso “evidente” (p. 67) e dedicou os dois últimos capítulos de sua obra às atrocidades que

7. Tratava-se de homens livres brancos, da classe dominante.

8. É interessante notar que Cláudio cita muito pouco na obra essa promessa do padre, que não pode omitir, contudo, no desfecho da trama.

vitimaram os insurretos. Em tom dramático, a narrativa cobre de sangue e desgraça a condenação dos escravos e mesmo aqueles que escaparam da justiça viveram infelizes para sempre.

A conclusão apresentada por nosso escritor é coerente com todo o enredo de sua narrativa. A rebelião foi, desde o início, a saída mais imprudente, fruto de mentes “incultas”, que jamais poderiam conceber um plano mais conseqüente, como o defendido pelos abolicionistas das sociedades que se dedicavam à compra da liberdade do escravo, respeitando a propriedade privada, instituição tão cara a toda a sociedade. A conjuração era um exemplo de que a escravidão era um sistema tão atroz que somente barbaridades poderia produzir. A insurreição, para nosso autor, não passou de uma “malograda conjuração que se extinguiu neste efêmero movimento” (p. 86).

5. Visões de luta

LEVANTADA A POLÊMICA SOBRE A MEMÓRIA LEGADA por Afonso Cláudio ao futuro, restaria, neste trabalho, pontuar as questões que ligam essa versão do episódio de Queimado à tese da *autonomia da ação escrava* na luta pela liberdade, tão em voga atualmente na historiografia sobre a escravidão. Segundo a obra *Insurreição de Queimados*, a revolta foi um movimento de luta pela liberdade, no qual os escravos vislumbraram a possibilidade de alcançar esse sonho dentro da ordem estabelecida, utilizando-se da alforria como um documento que lhes permitiria viver entre os homens livres. O autor, inclusive, menciona que o serviço militar era uma manobra largamente utilizada para obter a liberdade, mesmo que representasse risco de vida, dada a possibilidade de morte numa guerra:

Com o suceder dos anos e agindo fortemente no ânimo dos escravos do norte da província estas idéias, sem que os senhores pudessem prever as conseqüências, a pouco e pouco a rebeldia começou de ensaiar a execução do sonhado anelo. Logo, em 1841, alguns escravos, sem que os senhores soubessem, de livre alvitre começaram a se aprestar militarmente. (p. 36)

Os escravos não queriam colocar-se à margem da sociedade e nem restabelecer o modo “africano” de viver. O objetivo deles era, sobretudo, alcançar a liberdade de forma oficial e perante todos, através do documento que conheciam bem — a carta de liberdade. Afonso Cláudio mostra como a

submissão dos escravos, que construíram a igreja de Queimados contando com a alteração de sua condição, era o meio por eles encontrado para alcançar a liberdade, através de um instrumento legal. Em nenhum momento o autor sugeriu que os rebelados pretendessem organizar uma fuga para um lugar determinado onde formariam um quilombo⁹.

O binômio assimilação/simulação proposto Chalhoub (1990) define a aparente subserviência dos negros como a simulação de uma submissão cujo objetivo era conseguir a “caridade” de senhores dispostos a provar à sociedade sua generosidade para com aqueles que demonstrassem lealdade e dedicação¹⁰. Em nossa opinião, é perfeitamente aceitável a conclusão de Afonso Cláudio sobre ser a submissão dos escravos para a construção da igreja parte de um jogo cujo intento era criar uma situação fática de reconhecimento do direito a uma carta de liberdade, em troca da obra realizada.

Se ele [escravo] soube criar, mesmo nos estritos limites de sua condição, espaços de invenção lingüística, religiosa, musical, culinária, enganar o senhor, defender sua família, sabotar, fugir e rebelar-se, o vemos aqui sabendo também seduzir, tornar-se cúmplice dos senhores aproveitando oportunidades e locomovendo-se taticamente no sentido de tornar a sua vida a melhor possível. (Bellini, apud José João Reis, 1988, p. 60)

Segundo a versão apresentada, o acordo jamais fora proposto por qualquer homem livre, fosse o frei ou algum senhor; tudo teria nascido de um plano de um dos líderes escravos, Elisiário, que, conhecedor desse tipo de prática entre os escravos, envolveu seus companheiros numa falsa promessa para insuflar em todos o espírito da revolta. Assim, a notícia do descumprimento da promessa de liberdade foi recebida com indignação pelos escravos, que, inconformados, se dispuseram a desafiar a autoridade de seus senhores, num claro exemplo de que desrespeito a tratos dessa natureza tinha conseqüências graves. O autor sugere que a revolta sempre fora o objetivo de, pelo menos, um dos líderes do movimento e não o desfecho de um negócio desfeito sem nenhum respeito pela outra parte. A persistência em obter as cartas de alforria, conforme registra

9. Não há, aliás, qualquer notícia dessa natureza sobre a revolta de Queimados.

10. Esse comportamento também foi diagnosticado por Héctor Hernan Bruit entre os índios pré-colombianos: “Derrotados militarmente e violentados pela prática dos invasores, os índios simularam obediência, passividade, servilismo para salvar a pele e, especialmente, sua cultura (Bruit, 1995, p. 14).

o próprio Cláudio, confirma nossa suspeita de que a saída pretendida era uma liberdade legalmente reconhecida.¹¹

Informa-nos Maria Stella de Novaes (1963) que a primeira edição de *A insurreição de Queimados* foi distribuída pelo jornal “A Província do Espírito Santo” a seus assinantes, dias após a entrega de cartas de liberdade a dois escravos, em Guarapari, em 1º de março de 1885, num clima festivo. Mesmo abominando o cativo e, conseqüentemente, suas agruras, Cláudio pretendia que a abolição seguisse os rumos pensados por seus pares, com sua obra condenando a sociedade escravista por seus excessos e pelos que levava os escravos a cometer. Ainda que a insurreição não tenha obtido êxito, Cláudio pretendeu torná-la um monumento à liberdade pretendida pelos escravos, cujo infeliz desfecho somente poderia ser evitado com o fim legal da escravidão no Brasil.

As duas visões de luta pela liberdade, a dos escravos e a de Cláudio (que parece ser a dos abolicionistas de modo geral), embora contraditórias, conviviam e se combinavam no cotidiano do cativo. O escravo se utilizava de cada chance que possuía para mudar sua condição, seja se alistando numa guerra, seja compactuando com uma dada situação; o abolicionista ia, no seu dia-a-dia, denunciando um sistema que, progressivamente, se inviabilizava ideologicamente. Evidentemente, essas visões concorriam para o aniquilamento da vida em cativo, mas conflitavam na construção da consciência negra no país. A obra de Afonso Cláudio combatia a escravidão no país, ao mesmo tempo que difundia o preconceito racial, através de conclusões depreciativas sobre a condução do movimento pelos negros. O fato é que a “tese” do escravo como sujeito incapaz é fruto de uma ideologia muito antiga, colocada a serviço de uma classe (que nem mais existe) e ainda presente no imaginário popular.

11. Afonso Claudio registra inclusive que “eles se conservavam em roupas decentes, e com certas limpezas usadas pelos libertos nos dias santificados” (p. 59).

6. Referências

FONTES PRIMÁRIAS

- 1) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Autos criminais. 1850-1860.*
- 2) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Ações de liberdade. 1871-1872.*
- 3) CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição de Queimados: um episódio da história da Província do Espírito Santo.* Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

LIVROS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé De Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América.* São Paulo, Editora da Unicamp/ Iluminuras, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História.* 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
- GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, Elisa, ALMEIDA, M. H. T. de, FRY, Peter (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada.* São Paulo, Ática/SECSP, 1990.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MACIEL, Cléber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, Unicamp, 1987.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

———. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

———. *A formação da classe operária inglesa*. 3.v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.